

***PROJETO DE
EDUCAÇÃO
AMBIENTAL DA
COSTA VERDE***

3º Relatório Anual Consolidado

*Projeto de Educação Ambiental Costa Verde
(PEA Costa Verde)*

Processo IBAMA nº 02022.002921/2009-21

Revisão 00 – Agosto/2020

SUMÁRIO

I	INTRODUÇÃO	2
I.1	RECORTE ESPACIAL	2
II	DESCRIÇÃO E ANÁLISE DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	3
II.1	OFICINAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DA EQUIPE EXECUTORA.....	3
II.2	ATIVIDADES DE CAMPO.....	6
II.3	ELABORAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO PARA A FASE II DO PEA COSTA VERDE.....	12
II.4	PONTOS POSITIVOS E DE MELHORIA	12
III	ADEQUAÇÃO METODOLÓGICA	15
IV	ATIVIDADES PREVISTAS	18
IV.1	SITUAÇÃO DE EXCEPCIONALIDADE – PANDEMIA COVID-19	18
IV.2	CONTINUIDADE DAS AÇÕES FORMATIVAS	19
IV.3	ENCONTRO REGIONAL	19
IV.4	ETAPA DE TRANSIÇÃO	20
V	REFERÊNCIAS	20
VI	TÉCNICOS RESPONSÁVEIS	20
	ANEXO I: RESULTADOS ALCANÇADOS ATÉ FEVEREIRO/2020	22
	ANEXO II: CRONOLOGIA DOS EVENTOS DO PEA COSTA VERDE ENTRE MARÇO/2019 E FEVEREIRO/2020	24
	ANEXO III: SISTEMATIZAÇÃO DOS EVENTOS DE INTERCÂMBIO DE EXPERIÊNCIA DO PEA COSTA VERDE	41
	ANEXO IV: AÇÕES FORMATIVAS AGRUPADAS DO PEA COSTA VERDE (MARÇO DE 2019 A FEVEREIRO DE 2020)	43

I INTRODUÇÃO

Este documento apresenta o terceiro Relatório Anual Consolidado do Projeto de Educação Ambiental da Costa Verde (PEA Costa Verde), desenvolvido no âmbito dos Programas de Educação Ambiental PEA-SP (Região 3) e PEA-Rio (Região 4).

Faz referência às atividades desenvolvidas no período de março de 2019 a fevereiro de 2020. Tem como objetivo oferecer uma visão panorâmica do conjunto de atividades realizadas pelo projeto, apresentar uma análise dos resultados obtidos, alguns pontos de ajustes e as atividades planejadas.

I.1 RECORTE ESPACIAL

O PEA Costa Verde abrange os municípios de **São Sebastião** (localidades da Enseada, Barra do Rio Boiçucanga, São Francisco, Pontal da Cruz), **Ilhabela** (localidades do Saco do Sombrio, Canto da Lagoa, Canto do Ribeirão, Saco do Indaiá, Ilha Vitória, Bonete, Serraria, Figueira, Praia Vermelha, Praia Mansa, Guanxumas, Praia da Fome, Guanxuma de Búzios, São Pedro, Porto do Meio), **Caraguatatuba** (localidades de Porto Novo, Camaroeiro, Cocanha, Tabatinga) e **Ubatuba** (localidades do Quilombo Caçandoca/Caçandoquinha, Maranduba, Ilha dos Pescadores, Praia Grande do Bonete, Saco da Ribeira, Picinguaba, Praia da Almada, Praia do Estaleiro, Camburi/Quilombo do Camburi, Ubatumirim) no estado de São Paulo e **Paraty** (localidades da Ponta Negra, Praia do Sono, Trindade, Ilha do Araújo, Praia Grande, Centro/Pontal/Jabaquara, Ponta Grossa, Paraty-Mirim, Pouso da Cajaíba, Saco do Mamanguá, Ilha do Algodão, São Gonçalo, Tarituba), **Angra dos Reis** (localidades da Vila Histórica da Mambucaba/Perequê/Praia Vermelha, Vila Velha, Ponta Leste, Monsuaba, Garatucaia, Praia Longa, Praia Vermelha, Provetá, Aventureiro, Matariz, Araçatiba, Bananal, Praia das Flechas/Ilha da Gipóia, Enseada do Abraão, Enseada das Palmas, Dois Rios, Enseada das Estrelas/Saco do Ceú, Japariz) e **Mangaratiba** (localidades Praia da do Sahy, Muriqui, Ilha de Itacuruçá, Conceição de Jacareí, Quilombo da Marambaia) no estado do Rio de Janeiro.

II DESCRIÇÃO E ANÁLISE DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Ao longo do período que retrata o presente relatório, as atividades de campo desenvolvidas no território pelo PEA Costa Verde estiveram divididas basicamente em quatro tipos: Visitas de Convivência (VCs), Reuniões de Articulação Institucional (RAs), Reuniões de Comissão Comunitária (RCs), Ações Formativas (AFs), Ações Formativas Agrupadas (AFAs) e Intercâmbios de Experiência. Além disso, foram realizadas diversas reuniões de planejamento, acompanhamento e orientação pedagógica, Oficinas de Formação Continuada da Equipe Executora (OFCEEs) e Intercâmbios de Experiências.

No Anexo I são apresentados os resultados alcançados até fevereiro de 2020 e no Anexo II pode ser verificada a Cronologia dos eventos do PEA Costa Verde entre março/2019 e fevereiro/2020.

II.1 OFICINAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DA EQUIPE EXECUTORA

Ao longo do período retratado nesse relatório, foram realizadas a 8^a, 9^a, 10^a e 11^a OFCEEs do PEA Costa Verde nos meses de março, junho, setembro e novembro, respectivamente.

Na 8^a OFCEE trabalhou-se na intenção de aprofundar a compreensão sobre os princípios teórico-metodológicos da educação ambiental crítica e da educação popular com base nos preceitos freirianos, com a expectativa de cada vez mais solidificar uma relação articulada entre os objetivos do projeto e as atividades desenvolvidas em campo a partir do entendimento da dialética que está presente na práxis da educação popular, de modo a contribuir para que essa relação dialética fosse observada no cotidiano do trabalho desenvolvido no PEA.

A 9^a OFCEE teve ênfase na construção de estratégias que propiciassem ações regionalizadas no projeto e, para isso, partiu-se da perspectiva de fazer uma análise de conjuntura do território em que o PEA se desenvolve, a fim de compreender suas dinâmicas e possibilidades. Dessa maneira, especialistas do Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT) e do histórico da pesca na região foram convidados a compor uma mesa de debates no primeiro dia da oficina, atividade essa que subsidiou as discussões e

proposição de atividades regionalizadas a serem realizadas daquele momento em diante, atividades que ocorreram no primeiro e segundo dia da Oficina.

Na 10ª OFCEE foi tratado o tema de um dos blocos temáticos do projeto, o da regularização da pesca, principal demanda presente nas comunidades pescadoras acompanhadas pelo PEA, e os objetivos eram: 1) analisar a situação da demanda em torno da Regularização (habilitação), legislação e estímulo à pesca e maricultura presente no território da Costa Verde e 2) construir estratégias de atuação e superação dos limites impostos pela legislação trabalhista à pesca artesanal, a fim de possibilitar a produção de análises e sínteses dos dados coletados pela EE em torno da temática e a construção de estratégias de estímulo à organização de pescadores/as voltadas à demanda em questão. Assim, a Coordenação e a Orientação Pedagógica, em diálogo com o conjunto da equipe, mediarão o tema através de facilitação do mesmo pela dupla de técnicas de campo que atua na parte continental de Angra dos Reis e em Mangaratiba. Nessa Oficina, foi também incentivada a continuidade das estratégias de regionalização das ações, que havia sido discutida anteriormente. Apesar de o tema proposto ter sido uma demanda da equipe, por conta do período previsto de entrega do Plano de Trabalho da Fase II do PEA Costa Verde, este foi objeto de muitos questionamentos e debates durante essa Oficina, o que levou à construção do momento de formação posterior.

A 11ª OFCEE teve como objetivo geral validar a proposta do Plano de Trabalho da Fase II do PEA Costa Verde e consolidar um alinhamento conceitual e metodológico entre toda a Equipe do PEA, da Petrobras e do IBAMA, além de construir as oficinas de participação das organizações populares para socialização da proposta. Os dois dias de oficina contaram com a participação ativa das equipes de campo e coordenação do PEA, Petrobras e IBAMA, o que levou a ajustes na condução da própria Oficina e dos processos metodológicos de construção do Plano, em decorrência também da reunião entre Ibama, Petrobras e Mineral, que antecedeu a Oficina. Assim, essas contribuições geraram uma grande quantidade de reflexões para a elaboração da versão final do Plano de Trabalho, entregue em janeiro de 2020¹. Durante essa Oficina, houve também uma breve explanação sobre a situação do derramamento de óleo no litoral do Nordeste do país e

¹ Diante da necessidade de se elaborar uma nova versão com uma diversidade de contribuições e bastante diferente da primeira, não houve tempo hábil para revisão da versão final do Plano Trabalho para Fase II por parte da equipe de campo. Isso não contraria o Parecer Técnico 413/2019-COPROD/CGMAC/DILIC do IBAMA que dispôs que “A Oficina deve ser utilizada para obtenção de acordos pontuais e validação da proposta, não sendo recomendada a construção conjunta de todo o Plano de Trabalho”.

vários questionamentos por parte da EE sobre a maneira como se daria a continuidade do projeto em sua Fase 2, ambos os assuntos abordados e/ou respondidos pela equipe da Petrobras.

Todas as oficinas tiveram a participação da Coordenação e da equipe de campo do PEA e de representantes da Petrobras. O IBAMA esteve presente na 8ª e na 11ª OFCEE.

II.2 ATIVIDADES DE CAMPO

As Visitas de Convivência (VCs) são idas às comunidades feitas pela equipe técnica frequentemente sem horário marcado ou duração pré-definida. Tem como objetivos: manter a aproximação do público prioritário a partir da vivência de seu cotidiano; buscar novos contatos e/ou aproximação com comunitários que ainda não participam das atividades do projeto; participar de eventos e/ou encontros da comunidade que são abertos ao público em geral ou para os quais a equipe foi convidada a fim de estreitar os laços de confiança com a comunidade; e/ou acompanhar processos e movimentos coletivos e etc.

As Reuniões de Articulação (RAs) são reuniões com instituições-chave do território para desenvolvimento de alguma atividade em conjunto com o PEA ou para melhor compreensão de problemáticas e questões levantadas pelas comunidades. Essas instituições podem ser da administração pública, do terceiro setor ou associações e movimentos sociais.

As Reuniões de Comissões (RCs) são aquelas realizadas com o grupo de comunitários frequentemente mais envolvidos nas atividades do PEA na comunidade. Com as comissões comunitárias são feitas as reflexões conjuntas e os acordos para o andamento das atividades do projeto na comunidade, incluindo a elaboração e organização das AFs.

As Ações Formativas (AFs) são as atividades educativas também idealmente desenvolvidas pela equipe técnica do PEA em conjunto com a comunidade, a partir da realidade local e dos temas geradores, mas sob um olhar mais ampliado do processo educativo, levando em consideração os blocos temáticos daquela comunidade e a perspectiva de regionalização. São agendadas previamente e têm duração média de 4 horas por encontro.

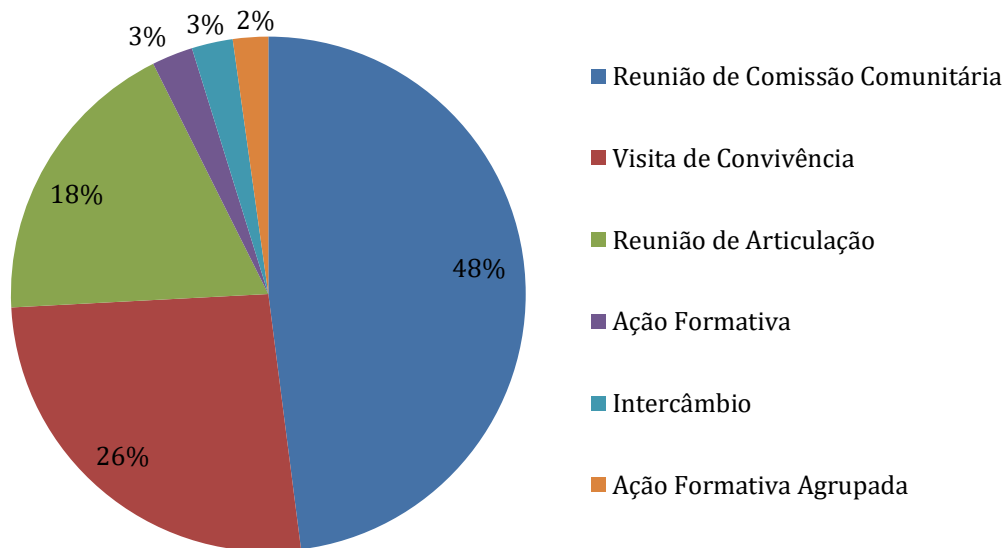
As AFs foram realizadas de forma individual (somente com uma comunidade) ou agrupada (quando reuniu participantes de mais de uma comunidade em que o PEA atua, com interesse no tema discutido).

Além dessas atividades rotineiras, foram realizados sete Intercâmbios de Experiências ao longo da área de abrangência do projeto.

Entre março de 2019 e fevereiro de 2020 foram realizadas 271 atividades de campo no PEA Costa Verde. O **Gráfico II. 2-1** apresenta essa distribuição.

Gráfico II. 2-1 - Distribuição das atividades de campo do PEA Costa Verde

Distribuição das atividades de campo do PEA Costa Verde por tipo de atividade (março 2019 - fevereiro 2020)



O **Gráfico II. 2-1** mostra que quase metade das atividades realizadas em campo no último ano se deu a partir das RCs. Observa-se também que as VCs e as RAs somaram também quase a outra metade do total (44%). Isso mostra que o dia a dia do projeto é composto fundamentalmente dessas ações de reuniões com as comunidades, visitas informais e articulações com instituições do território, que juntas somam 92% do total das atividades de campo.

As AFs e os intercâmbios somaram menos que 10% das atividades desenvolvidas em campo. Com efeito, compreende-se que fazer uma ação concreta é um passo complexo, pois é a partir da ação que a comunidade tem uma experiência política coletiva e, por isso, requer muita responsabilidade no seu planejamento, execução e posterior reflexão. Isso porque toda a ação gera uma reação e a comunidade tem que ser capaz de responder e compartilhar responsabilidades para que ela seja então realizada.

Dessa maneira, ao olhar para esse perfil da proporção das atividades de campo no último ano, acredita-se que ele está bastante coerente com a metodologia que orienta o projeto.

A **Tabela II. 2-1** apresenta a quantidade de participantes presentes em cada uma dessas atividades.

Tabela II. 2-1 - Quantidade de participantes nas atividades de RC e AF do PEA Costa Verde de março de 2019 a fevereiro de 2020.

Total de participantes nas atividades		
Atividade	Realizadas	Participantes
Ação Formativa	7	157
Ação Formativa Agrupada	6	211
Reunião de Comissão	130	1061
Reunião de Articulação	50	1923
Visita de Vivência	71	1074
Intercâmbio	7	346

Somando-se todas essas atividades, foi possível contar com a participação de 4.772 pessoas², com uma média geral de 22 pessoas nas AFs, 35 nas AFs agrupadas, 8 participantes por RC, 38 nas RAs, 15 pessoas nas VCs e 49 por intercâmbio.

Esses números expressam, de maneira geral, certa coerência: as AFs agrupadas possuem maior média de participantes que as AFs individuais, uma vez que essas primeiras contam com mais de uma comunidade envolvida, assim como os intercâmbios, que reuniram diversas comunidades do projeto como um todo. Já as reuniões de comissão possuem uma média de participantes bem menor por se tratar justamente de uma reunião reduzida, apenas com comunitários interessados em estar envolvidos nas atividades do PEA de elaboração, reflexão e planejamento.

Uma observação específica deve ser feita a respeito da quantidade de participantes das reuniões de articulação. Algumas das reuniões se trataram de encontros ampliados, frequentemente não organizados ou mobilizados pelo PEA e, por isso, com participantes presentes independentemente do projeto³. O número elevado de participantes nessas reuniões (foram 14) acabou tendendo as médias para cima. Se consideradas, por exemplo,

² Trata-se de um número absoluto de participantes. Não é possível apresentar a frequência de indivíduos nas atividades do projeto, pois nem todas possuem lista de presença. Para aquelas que possuem, não há procedimento de conferência dos nomes completos e documentos e para certificar tal informação. Vale ressaltar que a utilização de lista de presença é questionada pelas próprias comunidades e, muitas vezes, fator de constrangimento, o que faz com que as equipes de campo frequentemente optem por não a utilizarem, fazendo registro somente da quantidade de presentes na reunião.

³ São exemplos dessas reuniões: reunião organizada pela Polícia Militar Ambiental para apresentar procedimentos de fiscalização junto aos pescadores em Caraguatatuba (400 pessoas presentes); reunião de apresentação do contrato firmado entre a Prefeitura Municipal de Ilhabela e SABESP para o saneamento do município (200 pessoas presentes); reuniões de apresentação do Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental Marinha do Litoral Norte de São Paulo (com uma média de 100 participantes) e lançamento do Protocolo de Consulta Prévia da Aldeia Indígena Tekoa Itaxi Mirim em Paraty (90 pessoas).

apenas as RAs com menos de 40 pessoas presentes, tem-se uma média de 9 participantes por reunião.

Ao longo do período retratado no relatório, foram realizadas em campo 15 atividades em Caraguatatuba, 34 em São Sebastião, 71 em Ilhabela, 31 em Ubatuba, 15 em Paraty, 89 em Angra dos Reis e 16 em Mangaratiba. A Tabela II. 2-2 a seguir apresenta esses números.

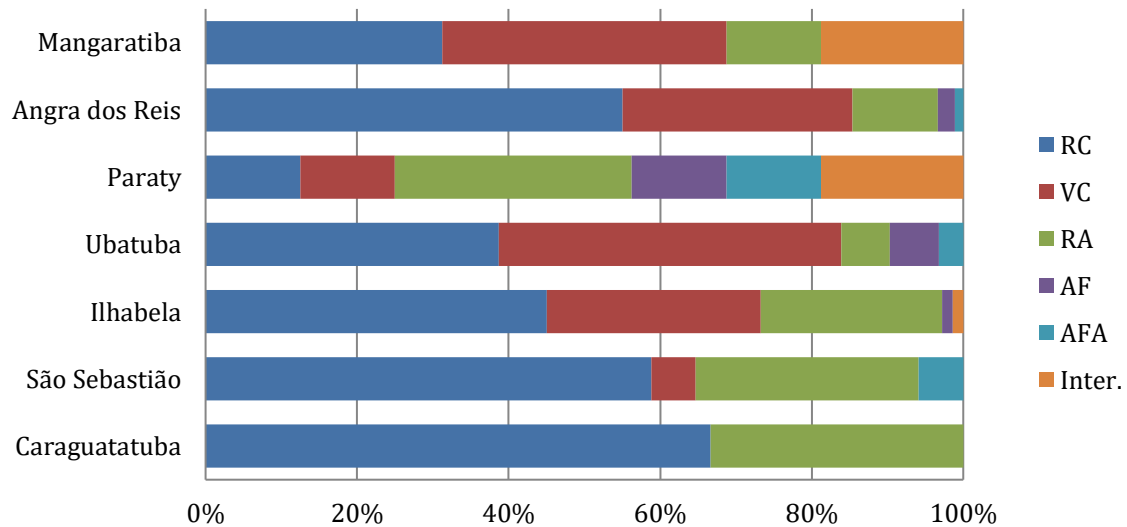
Tabela II. 2-2 - Atividades realizadas no PEA Costa Verde por município de março de 2019 a fevereiro de 2020.

Atividades realizadas por município no PEA Costa Verde						
Março 2019 a Fevereiro de 2020						
Município	RC	VC	RA	AF	AFA	Intercâmbio
Caraguatatuba (4 comunidades)	10	0	5	0	0	0
São Sebastião (4 comunidades)	20	2	10	0	2	0
Ilhabela (15 comunidades)	32	20	17	1	0	1
Ubatuba (10 comunidades)	12	14	2	2	1	0
Paraty (13 comunidades)	2	2	4	2	2	3
Angra dos Reis (18 comunidades)	49	27	10	2	1	0
Mangaratiba (5 comunidades)	5	6	2	0	0	3

De maneira geral, o padrão de proporção das atividades totais do ano por tipo de atividade (*Gráfico II. 2-1*) se repete quando se retrata a divisão por município. O *Gráfico II. 2-2* apresenta essa proporção por município.

Gráfico II. 2-2 – Proporção das atividades de campo por município.

Proporção das atividades por tipo e município - PEA Costa Verde (março de 2019 a fevereiro 2020)



A partir desse **Gráfico II. 2-2**, observa-se que apenas os municípios de Paraty e Caraguatatuba que se destacaram um pouco do “padrão” do conjunto total de atividades.

Em Paraty, as atividades estiveram distribuídas de forma mais ou menos equitativa entre si. Todos os tipos de atividade foram realizados, com uma pequena predominância das RAs e intercâmbios. Em Caraguatatuba, só foram realizadas RCs e RAs; esse perfil está associado ao trabalho que vem sendo desenvolvido no sentido de melhor compreensão das possibilidades e formato de atuação com o público do município e de aproximação e fortalecimento das associações locais.

Com relação aos eventos de intercâmbio, observa-se no **Gráfico II. 2-2** que não houve nenhum nos municípios de Angra dos Reis e Ubatuba. Entretanto, comunidades de ambos participaram daqueles realizados nas outras localidades. Um destaque especial deve-se dar à participação dos comunitários da Ilha Grande (Angra dos Reis), que foi significativa em todos os eventos de intercâmbio realizados. O Anexo III apresenta uma sistematização dos dados.

Houve o envolvimento de muitas pessoas nos eventos de intercâmbio realizados e o esforço foi no sentido de gerenciar da melhor forma possível os pedidos de participação e demandas apresentadas pela equipe de campo.

Ressalta-se que o “Plano para Intercâmbio de Experiências” previa a realização de oito intercâmbios⁴ com a estimativa de 20 vagas para cada um. Considerando-se todos os envolvidos na atividade, houve uma média de participação de 43 pessoas e, considerando-se somente os convidados, essa média foi para 19.

A realização de eventos de intercâmbio de experiência está relacionada com o processo de extrapolação do território. Isto é, o trabalho socioeducativo que é desenvolvido em escala local rompe o seu certo “isolamento” e extrapola o seu território específico.

Tem-se a compreensão que é nesse momento que acontecem as trocas de experiências externas, mas é necessário que essas experiências sejam maduras. Com efeito, em todo processo formativo há trocas, mas esse tipo de intercâmbio, que extrapola o território local, tem a ver com experiências mais consolidadas.

A realização desses eventos foi muito positiva para o PEA Costa Verde e possibilitou avanços na práxis, isto é, tanto no trabalho educativo desenvolvido no campo, quanto nas sínteses e reflexões teóricas a respeito dele.

Destaca-se que a oportunidade de encontro entre diferentes realidades promove o nascimento de uma nova perspectiva para cada parte envolvida. Assim, foi relevante nesta atividade a promoção do encontro entre diferentes realidades socioeconômicas, favorecendo o compartilhamento de conhecimento histórico, prático e técnico, contribuindo para fortalecer os processos organizativos das comunidades participantes.

Diante do exposto, considera-se que foi possível atender o planejamento e as expectativas previstas no Plano para os Intercâmbios de Experiência do PEA Costa Verde. Para além do previsto, outra contribuição interessante que os intercâmbios trouxeram foi mostrar mais elementos para a compreensão dos perfis organizativos identificados nas comunidades participantes do projeto. Mesmo não sendo esse o seu objetivo, foi possível enxergar agrupamentos possíveis entre as comunidades e a regionalização. Processo esse que passou a ser materializado nas Ações Formativas agrupadas.

Conforme apresentou o *Gráfico II. 2-2*, em Caraguatatuba, Ilhabela e Mangaratiba não foram realizadas Ações Formativas Agrupadas. Contudo, comunidades de

⁴ Ao longo dessa etapa, foram realizados 7 eventos de intercâmbios de experiência. O Plano para Intercâmbio de Experiências havia previsto 8. Contudo, devido à grande demanda e interesse das diversas comunidades em conhecer a experiência da Praia do Sono, em Paraty – RJ, esse evento foi contabilizado como 2.

Mangaratiba participaram da AF agrupada em São Sebastião, em setembro de 2019, sobre regularização, legislação e fomento da pesca/maricultura.

O Anexo IV apresenta um breve resumo dessas AFs agrupadas e mostra que, além de contribuírem para o processo de regionalização do projeto, as temáticas trabalhadas também dialogaram com o seu objetivo geral: o fortalecimento da organização comunitária para a permanência no território.

II.3 ELABORAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO PARA A FASE II DO PEA COSTA VERDE

A construção do Plano de Trabalho da Fase II resultou de uma síntese da reflexão sobre o trabalho que vem sendo realizado na Fase I e da projeção dos objetivos a serem alcançados na Fase II. A construção das principais diretrizes dessa síntese, de responsabilidade da equipe de coordenação e orientação pedagógica, foi se consolidando em diálogo constante com a equipe de campo e parceiros no território.

Por isso, em todas as ocasiões em que a equipe de coordenação e orientação pedagógica dialogou com as equipes de campo, em especial nas OFCEEs, foram tratados temas que provocaram debates e foram formuladas sínteses que serviram de base para o Plano de Trabalho da Fase II.

Após debates em OFCEEs e reuniões entre os diversos atores envolvidos nesse processo (Mineral, Petrobras, IBAMA e outros atores-chave do território), o Plano de Trabalho para a Fase II foi elaborado buscando contemplar o debate realizado e as expectativas apresentadas pelo órgão ambiental.

II.4 PONTOS POSITIVOS E DE MELHORIA

A metodologia de trabalho em que o PEA Costa Verde se baseia garante dinamicidade no desenvolvimento das atividades e frequente melhoria dos processos educativos desenvolvidos. Por isso, aspectos apresentados a seguir são compreendidos como inerentes ao processo de aprendizagem e vêm sendo encaminhados dentro de sua gestão da melhor forma possível.

A coesão da equipe do projeto foi, sem dúvida, o ponto positivo desse último ano. Essa coesão foi resultado e ponto de partida das atividades ocorridas ao longo desse período.

De maneira geral, a equipe de campo apresentou, na execução do seu trabalho, uma maior compreensão dos objetivos do PEA, que se materializou em maior segurança nas escolhas pedagógicas do trabalho em campo e, conseqüentemente, levou a uma sequência mais coesa das atividades em cada comunidade e também naquelas ações mais regionalizadas. Essa melhora deve-se também a um aprimorado e mais preciso acompanhamento da coordenação e orientação pedagógica do projeto, tanto no dia a dia com as reuniões ordinárias, quanto nos processos de imersão proporcionados pelas OFCEEs. Deve-se também à ampliação da equipe de apoio à coordenação, das solicitações das equipes de campo e ao amadurecimento natural do projeto ao longo do tempo.

Outro ponto positivo a ser destacado é o avanço no sentido da regionalização do projeto a partir da realização de atividades e AFs agrupadas, envolvendo mais de uma comunidade e, por vezes, comunidades de municípios distintos em processos de reflexão conjunta que, em seguida, são desdobrados no âmbito de cada comunidade envolvida.

Uma análise mais detalhada, do ponto de vista metodológico, é apresentada no **Item III**, a seguir.

Como pontos de melhoria, destacam-se a necessidade de ser aperfeiçoada a condução de uma situação específica mais desafiadora e “problemática” com parte dos educadores e/ou comunidades, concomitante com o trabalho cotidiano das demais equipes.

Nesse sentido, o ponto de atenção foi a atuação das equipes de Ilhabela nas comunidades do município.

Principalmente ao longo do segundo semestre foram enfrentados conflitos existentes no território e as divergências entre equipe técnica e coordenação na forma de atuar em campo com as comunidades e movimentos organizativos, desencadeadas pelo debate em torno do processo de regionalização do PEA no território

Para as equipes de campo a impossibilidade (naquele momento) de realização de atividades regionalizadas entre a maioria das comunidades da Ilhabela se dava por resistência das comunidades, conflitos históricos que inviabilizavam e ausência de interesses comuns. A leitura da coordenação, a partir dos próprios relatos e relatórios das equipes era de que havia grande potencial para regionalização e que a sua impossibilidade, naquele momento, se devia ao envolvimento de uma das equipes nos

conflitos internos da comunidade. Portanto, as mudanças de divisão de equipes por comunidades se tornavam imprescindíveis para o desenvolvimento do PEA.

Esse processo demandou a intervenção do IBAMA e suscitou uma série de outras questões de ordem técnica e ética acerca das relações estabelecidas entre equipe de campo e comunidade. Se por um lado ficou evidenciado que os conflitos e contradições entre as comunidades e as associações da Baía de Castelhanos tem origem em questões familiares e na disputa por território, por outro ficou evidente que parte das reclamações feitas por lideranças à Petrobras e ao IBAMA não ocorreram como atos espontâneos, mas foram estimulados e orientados pela Equipe técnica, como foi o caso do e-mail enviado pela Associação da comunidade do Bonete.

A tentativa por parte da Equipe de Campo de manter a situação como estava e suas justificativas com base no que “a comunidade quer” ou “não quer”, demonstrou reiteradas vezes a existência de práticas assistencialistas nas relações estabelecidas entre a equipe de campo envolvida no conflito e a comunidade. A evidência dessas relações se deu na medida em que; a) diante do conflito entre as associações, as equipes se colocaram na defesa de apenas uma delas; b) uma contraditória postura em defesa da manutenção de um conflito em detrimento da tentativa de superar a divisão e atuar de forma conjunta, fator decisivo para o fortalecimento das comunidades para resistência nos territórios.

A questão foi encerrada a partir de reunião convocada pelo IBAMA com a presença das duas associações, a coordenação da Mineral, da Petrobras, em Ilhabela. Conclusão do Ibama relatada em Ata (6325193) de 22 de outubro de 2019.

Nesse momento foi demonstrada uma divisão das comunidades caiçaras da Baía de Castelhanos a partir de opiniões divergentes quanto à efetivação do Termo de Autorização de Uso Sustentável nesse território e à representatividade da AMOR Castelhanos em relação às comunidades do Canto da Lagoa e do Canto do Ribeirão, o que culminou com a criação da Associação Castelhanos Vive. Nesse contexto, as associações apresentaram opiniões conflitantes sobre a atuação de uma técnica de campo, evidenciando que as disputas também se refletiram no relacionamento com a equipe do projeto (...) O IBAMA esclareceu que não tem competência para julgar as decisões dos comunitários quanto às suas estratégias de organização social e formação de entidades representativas e que o intuito da reunião era encontrar uma proposta de consenso para continuidade do projeto nessas comunidades. O IBAMA informou que a referida técnica de campo pediu demissão na semana anterior, ressaltando que se tratava de uma decisão pessoal da profissional e não uma determinação do órgão. A Associação Castelhanos Vive lamentou o ocorrido e ambas associações demonstraram interesse na continuidade do projeto em suas comunidades. Em seguida a Mineral apresentou a proposta de realização

de um intercâmbio a ser construído em parceria com as duas associações, tratando dos temas Turismo de Base Comunitária e Termo de Autorização de Uso Sustentável, o que foi aceito pelos comunitários presentes. Ao final da reunião ficou estabelecido um calendário de reuniões para organização dessa atividade.”.

O processo para buscar solucionar ou encontrar caminhos para o estabelecimento de acordos e/ou consensos se deu sob um significativo desgaste na equipe como um todo e onerou de maneira desproporcional a coordenação e orientação pedagógica do projeto, uma vez que se dedicaram a dar atenção a esse caso específico. No entanto, considera-se que esse processo se estendeu devido à quantidade de questões técnicas e pedagógicas imbricadas em meio ao envolvimento com os conflitos comunitários. E a necessidade, imprescindível, de direcionar o trabalho em campo para a realização do objetivo de regionalização do PEA.

Compreende-se que é necessário melhorar a forma de se lidar com essas situações específicas para não ter um distanciamento das demais equipes que seguem desenvolvendo o trabalho nas outras comunidades.

III ADEQUAÇÃO METODOLÓGICA

No período de 2019 a 2020, houve significativas mudanças e avanços no processo metodológico de trabalho das Equipes de campo. Consideramos essas mudanças substancialmente mais qualitativas do que quantitativas. No conjunto da equipe, percebeu-se um amadurecimento metodológico proporcionado pelo desenvolvimento do projeto, como consequência especial do processo de práxis realizado de forma mais intensa nesse último período. Esse amadurecimento pode ser percebido na maior coesão da equipe; na compreensão mais clara dos objetivos e dos limites e possibilidades do projeto; na dedicação ao planejamento e realização das atividades que se desdobra na defesa do PEA como instrumento educativo das comunidades; e, sobretudo, em uma maior clareza e segurança com relação ao trabalho de fortalecimento comunitário, perceptível por meio da realização das atividades de ações formativas agrupadas.

A seguir são apresentadas breves conclusões a respeito:

1. Uma primeira mudança metodológica significativa ocorreu combinando o estudo e debate sobre o que é o “fortalecimento da comunidade”, com a implementação de estratégias pedagógicas para construção de espaços coletivos, regionalizados

- e voltados para a aproximação, de forma mais intencionalizada, dos movimentos sociais e organizações populares locais.
2. Outro avanço metodológico claro no trabalho das equipes foi a mudança no papel das/os protagonismo das/os Agentes Sociais. A criação de espaços de formação específicos durante as OFCEE e o estímulo à participação direta das/os agentes sociais nos planejamentos e realização das atividades das Equipes Executoras, foram elementos fundamentais para impulsionar um processo latente no grupo por uma maior participação nas atividades do PEA. O desenvolvimento desse processo demonstrou que as/os Agentes sociais possuem enorme potencial para serem um sujeito prioritário no processo educativo e que, portanto, o projeto deve ter em seu horizonte o desenvolvimento dos agentes enquanto educadores de base e lideranças comunitárias.
 3. Mudanças na composição e nas formas de atuação das Equipes em campo também são consideradas inevitáveis por diversas razões, a primeira delas é o fato da realidade está em constante mudança, o que exige de qualquer metodologia referenciada na realidade uma também necessidade constante de mudança. Os processos necessários de substituição de técnicas/os foram potencializados com a busca por profissionais com maior afinidade com o trabalho de Educação popular e ambiental crítica que o PEA Costa Verde exige, demonstrando que a necessidade de ajustes metodológicos no trabalho de campo, deve ser conduzida com vistas ao aperfeiçoamento do trabalho educativo.
 4. Embora com pouco tempo de atuação e dificuldades agravadas pela conjuntura do COVID-19, é possível perceber a importância do trabalho de formação com as equipes de campo no sentido de garantir que o trabalho de campo seja realizado de forma crítica, compreendendo e buscando evitar os desvios assistencialistas e todas as formas de atuação junto às comunidades que ao invés de promover a autonomia, reforcem relações de dependência e tutela frente ao projeto. Trabalhar criticamente junto às comunidades imersas em realidades contraditórias, conflituosas e expropriadas cotidianamente de suas tradições e condições materiais de existência coloca desafios enormes à prática pedagógica das/os educadoras/es. Isto demanda um processo contínuo de planejamento e reflexão que também depende da disposição e compromisso das/os educadoras/es. O perfil das/os profissionais, combinado ao processo de

formação, é determinante para implementação do método da educação popular na busca pelo fortalecimento das comunidades.

5. Durante o período deste relatório foram tratadas questões com IBAMA e PETROBRAS sobre os pré-projetos executivos que estariam previstos de serem apresentados ao final da Fase I do projeto. O andamento do projeto levou a uma melhor compreensão do papel de uma ação estruturante que fosse desenvolvida ao longo das fases seguintes. Com o desenvolvimento dessa formulação, se consolidou a construção de uma escola de formação como meta-síntese para a Fase II.

IV ATIVIDADES PREVISTAS

Esse item apresenta as atividades previstas para serem realizadas a partir de março de 2020 até o final dessa fase do PEA Costa Verde.

IV.1 SITUAÇÃO DE EXCEPCIONALIDADE – PANDEMIA COVID-19

São as atividades inicialmente previstas para os próximos meses (de março a setembro de 2020) dessa primeira fase do PEA Costa Verde: continuidade das ações formativas, realização de OFCEEs, realização do Encontro Regional e Etapa de Transição.

Em virtude da situação de crise sanitária ocasionada pela COVID-19, as ações previstas foram suspensas, seguindo as orientações das autoridades de saúde pública quanto à necessidade de se evitar aglomerações.

De qualquer maneira, até a entrega do presente relatório, a Mineral Engenharia e Meio Ambiente tem seguido as orientações específicas da Organização Mundial da Saúde (OMS) a respeito do isolamento social e suspendeu as atividades que provoquem reunião de pessoas. Dessa forma, a equipe de técnicos e da coordenação mantém seu trabalho remotamente, mas todas as ações em campo estão suspensas ainda por tempo indeterminado.

O trabalho dos Agentes Sociais acontece principalmente nas atividades de campo, no contato presencial com as pessoas e que, portanto, encontra-se também suspenso. A fim de integrá-los ao trabalho que vem sendo possível de ser feito (de forma remota) e respeitando as conhecidas dificuldades de acesso à internet com sinal bom e constante nas comunidades em que vivem, a orientação pedagógica e coordenação, com o apoio da equipe de técnicos, têm desenvolvido atividades de reflexão conjunta de toda a equipe de estudo, pesquisa e formação.

O dia a dia do projeto vem sendo realizado com a utilização de ferramentas virtuais, *Whatsapp*, e-mail, *Skype* e *Zoom* – esses últimos para realização de reuniões de planejamento, estudo, reflexão e formulação de algumas sínteses e atividades. Esse período necessário de parada obrigatória das atividades em campo tem proporcionado um tempo mais extenso de dedicação para a reflexão, parte fundamental da práxis.

IV.2 CONTINUIDADE DAS AÇÕES FORMATIVAS

A continuidade das ações formativas do PEA Costa Verde terá o propósito de aprofundar o debate em torno dos temas que envolvem os principais desafios enfrentados pelas comunidades com vistas a sua permanência no território. O conteúdo formativo tem como horizonte o desenvolvimento de uma consciência organizativa que aponte para busca de soluções das problemáticas comunitárias de forma coletiva, assim como para o fortalecimento da identidade de povos tradicionais.

Nesse sentido, as ações formativas poderão ocorrer, prioritariamente, de forma agrupada, reunindo comunidades com interesse em temas afins, estimulando a realização de atividades de caráter organizativo de forma regionalizada, buscando ampliar o horizonte dos comunitários na compreensão da realidade e dos conflitos regionais em que estão inseridos, bem como na identificação de novas possibilidades de construção de ações coletivas para defesa de seus territórios. Nessa elaboração, acrescenta-se também a necessidade de um olhar para o futuro, isto é, para o processo de transição e para a próxima fase em si.

Ressalta-se novamente que a realização dessas atividades está totalmente condicionada à superação da situação de pandemia conforme já descrita no ***Item IV.1***.

IV.3 ENCONTRO REGIONAL

Com nome autoexplicativo, o Encontro Regional está previsto para acontecer nesse próximo período do projeto, porém, assim como as outras atividades, sua realização está totalmente condicionada à superação da situação de pandemia da COVID-19 conforme descrito no ***Item IV.1***. Contudo, algumas ações que são anteriores ao evento em si estão planejadas e serão executadas de maneira remota.

Está prevista para os próximos meses a elaboração coletiva, entre equipe de coordenação e equipe de campo, do Plano para o Encontro Regional. Nesse processo será refletido (de forma conjunta) qual o sentido da realização do Encontro Regional diante de todo o trabalho desenvolvido nessa Fase I e, a partir disso, quais os principais objetivos desse encontro; qual será o conteúdo desenvolvido; quais atividades irão compor sua programação; qual o melhor formato possível de realização; como serão organizados todos os seus componentes na prática, etc.

Tudo isso será desenvolvido por meio de reuniões remotas em diferentes formatos e composições de participantes da equipe, ou seja: a coordenação entre si, as equipes de campo entre si, a coordenação e equipes de campo separadamente ou de forma agrupada, e equipes de campo de forma agrupada.

IV.4 ETAPA DE TRANSIÇÃO

A respeito da etapa de transição, compreende-se que há um entendimento de que já estão se dando passos nesse sentido geral, era essa a previsão de um dos debates da 12ª OFCEE que estava prevista para acontecer no final de março de 2020 e teve que ser adiada devido à conjuntura. Nela, previu-se a realização de um debate, com a presença de uma representante da Escola Nacional Florestan Fernandes e Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba, sobre o papel de uma escola de formação no fortalecimento de organizações populares. Esse debate, ocorrendo de forma remota, deverá ser tratado de forma mais diluída e lenta do que se fosse realizado em uma oficina presencial.

Ao final da Etapa de Transição, será produzido um Relatório Final da Fase I (4º Relatório Anual Consolidado) que incorporará uma análise sobre a realidade regional da pesca artesanal na área de atuação do projeto, utilizando um formato e uma linguagem que facilitem sua compreensão e apropriação pelas comunidades participantes.

V REFERÊNCIAS

FREIRE, P. **Educação como prática para a liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Parecer Técnico 413/2019-COPROD/CGMAC/DILIC.

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Ata de reunião SEI/IBAMA - 6325193, Ilhabela, São Paulo – SP. Outubro/2019.

VI TÉCNICOS RESPONSÁVEIS

O **Quadro VIVI-1** apresenta os autores do Relatório Anual Consolidado.

Quadro VIVI-1 – Relação de autores e itens elaborados para o Relatório Consolidado Anual.

Responsável Técnico	Cargo	Itens Elaborados	Cadastro Técnico Federal
Maria Lima	Equipe de Coordenação	II.1	Não se aplica
Sávia Cássia Ribeiro	Orientadora Pedagógica	II, III	Não se aplica
Julia Cavalcante	Equipe de Coordenação	I, II, IV	Não se aplica
Gabriel Sollero	Coordenador Geral	Revisão	7182184


ANEXO I: RESULTADOS ALCANÇADOS ATÉ FEVEREIRO/2020

1 pg no pdf

***ANEXO II: CRONOLOGIA DOS EVENTOS DO PEA COSTA
VERDE ENTRE MARÇO/2019 E FEVEREIRO/2020***


15 pg no pdf





Coordenador da Equipe





Técnico Responsável

***ANEXO III: SISTEMATIZAÇÃO DOS EVENTOS DE
INTERCÂMBIO DE EXPERIÊNCIA DO PEA COSTA
VERDE***

1 pg no pdf

***ANEXO IV: AÇÕES FORMATIVAS AGRUPADAS DO PEA COSTA
VERDE (MARÇO DE 2019 A FEVEREIRO DE 2020)***

1 pg no pdf